

# Votação do Orçamento 255 sofre novo adiamento

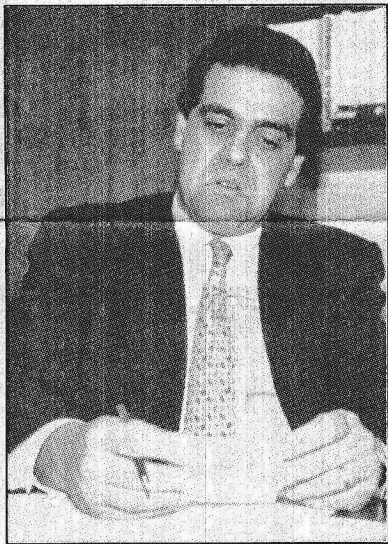
André Dusek/AE—6/4/94

*Ameaça de corte de emendas contribuiu mais ainda para esvaziar plenário*

O acordo para votar o Orçamento-Geral da União de 1994 na semana passada, deixando de lado mais de 15 mil emendas individuais apresentadas pelos parlamentares, deixou o Congresso vazio. A maioria dos deputados se recusou a participar das sessões, uma vez que já sabiam com antecedência que os compromissos firmados em seus redutos eleitorais seriam ignorados. O Orçamento acabou não sendo votado e não há data prevista para nova tentativa.

O projeto do governo foi criticado pelo atual relator da Comissão Mista de Orçamento, deputado João Almeida (PMDB-BA), que substituiu o deputado Marcelo Barbieri (PMDB-SP). Barbieri renunciou ao cargo de relator do Orçamento justamente por não concordar com o acordo que, segundo ele, concentraria o poder de decisão na mão de poucos.

Ao aceitar o cargo, o deputado João Almeida já previa dificuldades. Ao fim dos trabalhos, ele não se conformou, por exemplo, com a destinação de milhões de reais para a construção de novas hidrelétricas, já que o governo ainda não concluiu as obras em andamento.



*Marcelo Barbieri, o ex-relator*

Ele lembrou que as "macroemendas" que o governo queria preservar deveriam remanejar recursos para os ministérios da Educação, Saúde, Ciência e Tecnologia, Agricultura, entre outros, com o objetivo de garantir o funcionamento de alguns serviços básicos, como hospitais e escolas públicas.

Além de não assegurar dinheiro para essas funções, o governo, acusou ele, pulverizou verbas sociais. Mas se fossem aceitas, as emendas dos deputados também comprometeriam boa parte dos recursos federais. Somente para a área de saúde, os parlamentares queriam destinar US\$ 1 bilhão.